

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Fabiane Corrêa Wottrich

**Os Desafios de uma Gestão Democrática na Atualidade:**  
Como envolver os pais para construção de um ensino de qualidade.

Santa Maria  
2015

Fabiane Corrêa Wottrich

**Os Desafios de uma Gestão Democrática na Atualidade:**  
Como envolver os pais para construção de um ensino de qualidade.

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão da Escolar, na modalidade a distância, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:  
Prof. <sup>a</sup> Rita de Souza Bueno.

Santa Maria  
2015

## RESUMO

O trabalho trata da implantação e aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso, da cidade de Quinze de Novembro-RS, pois percebeu-se a insuficiência deste para fortalecer as concepções da gestão democrática, principal fundamento teórico do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações e de construção da participação cidadã. Por isso, não basta o acesso à escola, é preciso haver uma participação de todos os segmentos na escola, para exercitar e observar os resultados desta integração. O presente trabalho está fundamentado nos seguintes teóricos Cury (2005), Paro (2001, 2007), Candau (2012), Galina (2007), Afonso (2001), dentre outros. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação, com a aplicação de um questionário, com o apoio dos pais integrantes da diretoria do Círculo de Pais e Mestres, objetivando perceber as atribuições e o envolvimento dos segmentos da comunidade escolar, bem como seus papéis na contribuição para uma gestão democrática. A partir disso, buscou-se a reformulação do Projeto Político Pedagógico que é a principal ferramenta para que, de fato, tenha-se na escola uma educação de qualidade. Tendo em vista que a gestão democrática participativa de uma escola representa a interação entre os diversos segmentos que a compõem, incluindo o envolvimento e participação dos pais, o presente trabalho desenvolve reflexões acerca da importância de interação entre a família e a escola, numa perspectiva de corresponsabilidade de ambas na construção e transmissão dos conhecimentos. Ademais, o questionário aplicado proporcionou a expressão da opinião dos pais em relação à escola e, por meio deste, observou-se o nível de interesse dos mesmos para com a vida escolar de seus filhos, constituindo-se num instrumento que abriu um espaço para dialogar e tomar iniciativas para suprir as dificuldades do cotidiano escolar. Estas ações demonstraram o quão importante é conscientização e o envolvimento para construção de uma educação de qualidade.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Relação Família-Escola. Participação. Envolvimento. Educação de Qualidade.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA.</b> .....	<b>7</b>
2.1. SITUAÇÃO DO PPP. ....	9
2.2. SITUAÇÃO DO CIRCULO DE PAIS E MESTRES. ....	11
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.</b> .....	<b>13</b>
3.1. EDUCAÇÃO DE DIREITO. ....	13
3.2. GESTÃO DEMOCRÁTICA. ....	15
3.3. AS POLITICAS PUBLICAS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	19
<b>4. METODOLOGIA.</b> .....	<b>21</b>
4.1. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA. ....	21
4.2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA. ....	22
<b>5. ANÁLISE.</b> .....	<b>24</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b> .....	<b>30</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.</b> .....	<b>33</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Percebe-se que, em uma mesma sala de aula, encontram-se diferentes níveis de rendimento escolar dos alunos, e que provavelmente isso se deva a falta de estímulo e interesse dos pais pelo desenvolvimento escolar de seus filhos. Pais que dialogam sobre a aula, verificam os cadernos e criam uma rotina para seus filhos, acompanhando temas ou reforçando o conteúdo aprendido na escola, desenvolvem nestes o gosto e a responsabilidade pelo estudo, assim mesmo como a busca pela melhora de rendimento e o respeito com a entidade escolar.

Conforme Paro:

Cada vez mais se afirma a participação da comunidade (especialmente dos pais), não apenas como um direito de controle democrático sobre os serviços do Estado, mas também como uma necessidade do próprio empreendimento pedagógico que é levado a efeito na escola, mas que supõem seu enraizamento e continuidade com todo o processo de formação do cidadão que se dá no todo da sociedade (PARO, 2001, p. 59).

Ao ler e estudar Vitor Henrique Paro percebesse a importância da autonomia na gestão escolar o que serviu para o esclarecimento da criação de mecanismos e instrumentos com relevância democrática. Acredita-se que as dificuldades encontradas possam ser superadas em parte, com a reformulação do PPP, o qual daria voz aos pais e a escola com uma conexão mais eficiente que esclareça a necessidade de ambos.

Sabe-se que o PPP de uma escola deve acompanhar a evolução do processo educativo. Dessa forma, é necessário realizar uma intervenção para reformulação do Projeto Político Pedagógico da E.M.E.F. Progresso, pois o documento existente não mais atende a realidade atual. Tendo como base o PPP já existente, a reformulação deverá ocorrer através de encontros de estudos sob a coordenação do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED), juntamente com o Conselho Municipal de Educação, buscando a implantação de uma gestão escolar democrática no Sistema Municipal de Ensino de Quinze de Novembro.

O presente trabalho busca analisar a importância do envolvimento da família na escola, na busca por uma educação de qualidade, pois verifica-se o baixo rendimento por parte de alguns estudantes que poderia ser originado na falta de estímulo e apoio familiar.

Foi aplicado um questionário, com o apoio dos pais integrantes da diretoria do Círculo de Pais e Mestres, da E.M.E.F. Progresso, com o objetivo de perceber as atribuições e o envolvimento de cada participante da comunidade escolar, bem como seu papel na contribuição para uma gestão democrática. Esse constituiu-se o ponto de partida para pensar a reformulação do Projeto Político Pedagógico que é a principal ferramenta para que, de fato, a escola possa ter uma educação de qualidade. Para isto, toma-se como referência a autora Mônica Abranches, a qual destaca a importância dos colegiados para gestão democrática.

Criar um ambiente democrático não é tarefa fácil, pois o meio que estamos inseridos nos remete a vários obstáculos. Primeiramente, deve ser iniciado um trabalho de mobilização para a participação de todos os envolvidos no processo, o que compreende muito esforço, conhecimento, disponibilidade de tempo, de recursos humanos e planejamento.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

O Município de Quinze de Novembro possui Sistema Municipal de Ensino, criado pela Lei nº 685/2000 de 16 de Outubro de 2000, e regulamentado pela Lei nº 685/2000, de 16 de Outubro de 2000. Possui também, o Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 105/1991 de 19 de Junho de 1991 e alterado pela Lei Municipal nº 218/1993 de 17 de Maio de 1993.

O Conselho Municipal de Educação possui atribuições consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e propositivas, podendo assim emitir resoluções e pareceres, (funcionamento e autorizações de escolas, aprovação de Planos de Estudos, PPP's, regimento interno) definidas em Lei Municipal, possui representantes definidos em Lei Municipal nº 4.231/2012 de 20 de abril de 2012 os quais são: Professores Municipais, Estaduais, Diretores e representantes do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED).

Os envolvidos com a Educação, também são atuantes nos Conselhos: de Alimentação Escolar - CAE, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Rede de Apoio às Escolas (RAE). Todas as escolas possuem Círculos de Pais Mestres, atuantes e participativos.

Consideramos que as principais evidências de que o município de Quinze de Novembro caminha para a ampliação de políticas voltadas para a implantação da gestão democrática são: a criação de Sistema de Ensino Próprio, a criação e atuação efetiva do Conselho Municipal de Educação com capacitação dos Conselheiros, a construção coletiva do Plano Municipal de Educação – PME, já em sua terceira edição e a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico – PPP, de cada escola, são realizadas conferências e audiências públicas onde todos têm vez e voz perante as decisões a serem tomadas. Recentemente, foi realizada a conferência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDICA com estudos da legislação nacional e estadual, onde foram eleitos delegados entre os estudantes para defender suas reivindicações.

A EMEF Progresso funciona em prédio novo desde 2013, situada na rua Dona Etelvina, nº1260, bairro Colina, cidade de Quinze de Novembro - RS é mantida pela Prefeitura Municipal. A diretora e a assessora pedagógica são cargos nomeados pelo Poder Executivo. Não possui Conselho Escolar. Possui a Associação do Círculo de Pais e Mestres, atuantes, cuja diretoria em assembleia é convocada para participar em decisões da escola e para determinar a destinação dos recursos financeiros da própria entidade, bem como aqueles recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), Programa Dinheiro Direto na Escola e dos demais projetos da Escola (PDDE).

A E.M.E.F Progresso oferece Ensino Fundamental de nove anos. Em 2014, conclui a primeira turma de nono ano. O quadro funcional conta com 20 professores, sendo 11 nas séries iniciais e 09 nas séries finais, 04 funcionários, 03 estagiários, Diretora e uma Assessora Pedagógica. Possui um total de 193 alunos matriculados e funciona em dois turnos, manhã e tarde.

Em funcionamento desde 01 de março de 1926, a Escola conta com os seguintes Atos Oficiais:

I Decreto Municipal de Criação: nº449/77 de 21 de dezembro de 1977.

II Portaria/Decreto de reorganização nº07903/78, de 25 de maio de 1978, autoriza a designação da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Progresso.

III Portaria Municipal nº 1.285/99, de 04 de janeiro de 1999, de acordo com a resolução 001/98, de 03/11/98, do Conselho Municipal de Educação, autoriza a designação Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso.

IV 01/03/2006 – Transferência da escola para o Centro do Município, conforme Portaria Municipal nº 2.791/2006, de 21 de julho de 2006.

V 21/09/2013, inauguração e instalação da E.M.E.F. Progresso em novo endereço em novo e moderno prédio próprio, à rua Dona Etelvina, 1260, Bairro Colina.

(PPP, 2010)

Os professores possuem, dentro de sua carga horária semanal, horário destinado para estudos e planejamento, o que é realizado em conjunto com todos, sistematicamente coordenado pela equipe diretiva. O Departamento Municipal de Educação e Desporto proporciona encontros de estudos e de formação continuada, dentro e fora do município, buscando sempre melhorar a qualidade do ensino. O trabalho desenvolvimento é dinâmico e envolve os professores, funcionários, alunos, pais e comunidade escolar, desenvolve-se vários projetos institucionais e muitos

projetos por iniciativa de alunos e professores, em sala de aula, em atividades extraclases, atividades na comunidade e até projetos em nível regional e estadual.

Os projetos desenvolvidos pela Escola são integradores, coletivos e inclusivos, buscado fazer valer os direitos humanos, em torno de uma cultura de paz, com o objetivo de estimular a leitura. Destaca-se o Projeto Caravana da Leitura uma biblioteca itinerante que leva livros, teatros e atividades culturais para o interior do município, e a horta sustentável que através de parcerias tem como finalidade estimular o cultivo e o consumo de hortaliças, bem como a compostagem realizada com resíduos (sobra) da merenda escolar. Para isso, estamos revendo algumas práticas, bem como, repensando o PPP e transformando o que está escrito em ações efetivas. A experiência diária tem nos mostrado que agir de forma coletiva e estimulando ações cooperativas num processo contínuo da comunidade escolar vem ao encontro do fortalecimento da mesma.

João Monnevade (2005, p.20) diz que “a política educacional incorpora ao processo e projeto educativos a presença do Estado. Pode-se definir a política educacional como o conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às demandas culturais e escolares da sociedade [...] embora abranja todos os processos educativos da sociedade, concentra seu olhar na educação formal, que acontece nas escolas e nos sistemas de ensino”. Neste contexto, é de suma importância destacar a participação de todos os segmentos na elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico que nada mais é do que o rumo da escola, seus objetivos, a opinião de toda a comunidade escolar, tendo em vista uma melhor qualidade do ensino.

## **2.1. Situação do PPP**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso tem por missão assegurar um ensino de qualidade, proporcionando a todos os seus beneficiários a possibilidade de cooperarem com um ambiente de intensa criatividade e respeito pelo próximo.

Formar um aluno consciente da necessidade de seu pleno desenvolvimento crítico-participativo na busca pelo conhecimento, reconhecendo a importância de sua formação e seu incremento dentro da comunidade escolar, evidenciando os direitos e deveres mais elementares para assim construir uma vida digna dentro da sociedade, onde prevaleça a justiça e o bem comum, é o principal objetivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso.

Para que os discentes tenham um ambiente de desenvolvimento sadio, pleno de valores e de aprendizagens significativas, harmonizando o aprender, o ser e o conviver, a Escola tem o intuito de trabalhar os valores éticos, políticos, religiosos entre outros, respeitando as individualidades e peculiaridades dos envolvidos no processo. Nesse sentido, propõe-se um currículo que busca o desenvolvimento, a aprendizagem e a construção da cidadania, e, para tanto, defende a vivência do Projeto Pedagógico voltado à formação da pessoa humana, à construção de uma educação de qualidade e uma sociedade justa e democrática.

Busca-se nas ações diárias o resgate dos valores humanos e espirituais da vida, do trabalho e do meio, da vivência da fé, do relacionamento afetivo, do respeito à vida, da vivência dos limites, do desenvolvimento das potencialidades, bem como da ajuda mútua, da atuação positiva e construtiva na busca de um mundo mais feliz e melhor para todos.

Acredita-se na formação de uma pessoa capaz de um relacionamento positivo com outras pessoas, seja no trabalho, seja no convívio social, preparada para acompanhar a evolução dos tempos, fazendo a mediação entre o objetivo de ensino e os conhecimentos trazidos pelos educandos. Para a construção do conhecimento a linha pedagógica necessita propiciar uma aprendizagem significativa, onde o conhecimento dos estudantes seja valorizado e visto como representação da realidade por meio da interação com o objeto, e a troca de ideias é constante, desenvolvendo nos alunos as capacidades e habilidades mediante a transmissão e assimilação ativa dos conteúdos escolares.

Conforme PPP - E. M. E. F. Progresso (2010), “A sociedade se fundamenta no homem, sujeito do desenvolvimento pessoal e social”, portanto na elaboração do Projeto Político Pedagógico ficou claro a busca de uma sociedade em que a organização e a participação, aliados à consciência dos direitos e dos deveres, constituem elementos indispensáveis para o exercício da cidadania, desenvolvendo

o espírito de companheirismo superando todo tipo de discriminação, respeitando as diferenças individuais na certeza de que somos todos filhos de Deus, visando a um mundo mais humano.

Partindo do pressuposto de que a escola deve garantir o acesso e permanência do aluno, se faz necessário o desenvolvimento de uma metodologia mais atraente, onde o diálogo com pais ou responsáveis e os trabalhos em conjunto com outros órgãos públicos e sociais sejam de fundamental importância, destacando neste o Círculo de Pais e Mestres como órgão colegiado no qual seus membros colaboram para que ocorra uma educação de qualidade.

## **2.2. Situação do Círculo de Pais e Mestre**

O Círculo de Pais e Mestres (CPM) é atuante e estão convidados a participar da comissão permanente pais, professores e funcionários. A diretoria é composta por um(a) presidente (a), vice-presidente(a), secretário (a), vice-secretário (a), tesoureiro (a), vice-tesoureiro (a) e conselho fiscal composto por cinco pessoas, devido a particularidade dos integrantes nem sempre todos se fazem presente.

Esta importante entidade de apoio à escola é responsável pela gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola do Governo Federal (PDDE), contribuindo assim para que possa ser desenvolvida a construção de um Plano de Gestão Democrática baseado na realidade e amparado na legislação vigente.

Sobre o assunto Galina & Carballo:

Além de “gerenciar” o financeiro da escola, tem como atribuições: acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar; estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho escolar; mobilizar a comunidade escolar, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo, para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades (Galina & Carballo, 2007, p.14,15).

Crê-se que com o envolvimento e o fortalecimento do CPM ocorra, de fato, uma educação de qualidade, voltada para os anseios de toda a comunidade escolar,

pois este está sempre presente nas tomadas de decisões, atividades e eventos como comemoração em homenagem ao dia das mães, dia dos pais, bingos, desfile cívico e formaturas.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta seção apresenta referenciais relevantes sobre a concepção de gestão escolar democrática, bem como entendimentos sobre sociedade, direitos e deveres, educação, família, escola, participação e envolvimento no contexto escolar.

As mudanças vividas em nível mundial nos padrões sociais, culturais, econômicos, e políticos contribuem quase que de imediato, devido às novas tecnologias da comunicação, para uma nova atuação dos Estados nacionais na organização das políticas públicas. Tais mudanças ocorrem por meio de um movimento de repasse de poderes e responsabilidades dos governos centrais para as comunidades locais. Na educação, um efeito deste movimento são os processos de descentralização da gestão escolar.

#### **3.1 Educação de Direito**

Partindo do pressuposto de que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”, artigo I, da Declaração Universal (1948), deve-se ter entendimento sobre o processo histórico, social, cultural, político e os efeitos da desigualdade socioeconômica sobre toda uma sociedade.

Ao refletirmos sobre a obra de Candau (2012) gestão democrática na escola e o direito à educação percebemos o reconhecimento do ser humano em suas múltiplas dimensões: gênero, etnia, orientação sexual, habilidades, idade, religião. Isso faz com que todos nós sejamos únicos e ao mesmo tempo diferentes. Dessa forma, se torna possível afirmar que o desenvolvimento do direito à educação em nosso país pode ser caracterizado com a afirmação da construção de uma educação escolar comum a todos, na perspectiva da afirmação de igualdade.

É importante ressaltar a necessidade de pensarmos sobre os limites ainda presentes na educação brasileira, tais como, as desigualdades e os desafios no reconhecimento da diversidade. Candau (2012) destaca a presença nas escolas de

diferentes populações, em especial de pessoas com deficiências, incluindo as complexas relações que envolvem os espaços da diferença nas proposições legais e nas práticas escolares.

A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações. Não basta o acesso à escola é preciso entrar e permanecer. Hoje, todo o gestor educacional deve, por lei, garantir a permanência da criança na escola. Nesse sentido, à educação escolar é um bem público de caráter próprio, pois implica no exercício da cidadania e é garantido através de leis, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e os pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação.

Segundo o sociólogo Durkheim (Noé, s/d., p.21), a sociologia tem como objeto de estudo o fato social e temos que entender a educação como um fato social. Para exercermos uma gestão democrática é fundamental assegurar a participação efetiva da comunidade escolar nos projetos desenvolvidos na escola, bem como na construção de seu projeto político pedagógico, de forma que seja possível verificar os resultados e benefícios alcançados através do esforço coletivo, tendo como bem mais valioso a valorização da vida.

Candau (2012) destaca que a educação para direitos humanos e para a diversidade supõe que seja uma vontade coletiva, portanto, pensar Direitos Humanos implica em ter presente o outro, assim, os profissionais da educação, as famílias e toda a comunidade escolar encontram-se diante de um grande desafio: a prática, a materialização das questões referentes aos Direitos Humanos na Escola.

Ao ler e refletir Afonso (2001) percebe-se que atualmente, estamos diante de muitas mudanças no que diz respeito ao entendimento sobre as desigualdades e diversidades que vai além do campo educacional, trata-se da globalização capitalista, com a formação e o fortalecimento das redes sociais e das novas mídias com foco na emancipação social, nas lutas nacionais por direitos, contribuindo para que ocorram mudanças no trato da diversidade e no contexto das políticas públicas de caráter universal. Dessa forma, devemos ter em mente que o objetivo da educação tem como foco central os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos e sujeitos de direitos enfatizando que a diversidade tem sido tratada de forma desigual e discriminatória ao longo dos séculos e ainda não foi devidamente equacionada pelas políticas de Estado, pelas escolas e seus currículos.

A partir de Noé (s/d) a qualidade do ensino será sempre uma meta para a gestão escolar, seja pelo caráter cumulativo do conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que a condicionam. A qualidade do ensino supõe a busca do melhor que exige na maioria das vezes do gestor escolar em busca de soluções quanto aos desafios da sociedade contemporânea.

Noé (s/d) afirma que a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas e a reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto a igualdade torna-se, pois, o pressuposto fundamental do direito à educação, logo, a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade.

Libâneo ressalta:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade (LIBÂNEO, 2004, p. 102).

Criar um ambiente democrático não é tarefa fácil, pois o meio que estamos inseridos nos remete a vários obstáculos. Primeiramente, deve ser iniciado um trabalho de mobilização para a participação de todos os envolvidos no processo, o que compreende muito esforço, conhecimento, disponibilidade de tempo, de recursos humanos e planejamento.

Candau (2012) nos deixa claro que os principais desafios no cotidiano da gestão escolar não ocorrem de forma isolada ou estanque, e sim se constituem em processos de busca e garantia da organização do espaço escolar. Se desejarmos e quisermos uma sociedade democrática, temos de estimular o desenvolvimento de práticas democráticas, tais como o interesse, envolvimento e a participação nas tomadas de decisões para que ocorra a qualidade na educação.

### **3.2. Gestão Democrática**

A gestão democrática é uma prática prevista na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação

(PNE). É uma forma de exercitar a democracia participativa, podendo contribuir para a própria democratização da sociedade. Neste contexto, a escola, enquanto bem público, configura-se na universalização do acesso de todos à educação e a garantia de padrão de qualidade.

O que a escola precisa fazer para cumprir sua função social é propiciar uma educação de qualidade para todos, nesse sentido Cury menciona:

“A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações. Por isso mesmo, vários sujeitos são chamados a trazer sua contribuição para este objetivo, destacando-se a função necessária do Estado, *com a colaboração da família e da sociedade*. A igualdade torna-se, pois, o pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam”.  
(CURY 2005, p. 07)

Torna-se importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à escola, mas é necessário também garantir que todos que ingressem na escola tenham condições para nela permanecer e ter sucesso.

Ao analisar e discutir a gestão democrática da escola sob o ângulo da participação da comunidade deve-se levar em conta o conceito de democracia e cidadania procurando assim, traçar um paralelo com a realidade da escola. Conforme Dalmo Dallari (1988.p.14):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do próprio grupo social.

O termo cidadania foi usado na Roma Antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer (Galina & Carballo, 2007, p.03), portanto se há, hoje, um clamor da sociedade em prol do movimento democrático e se a escola desempenha a função social neste contexto, é necessário rever algumas as práticas administrativas, bem como as relações de poder e atitudes individuais que têm dificultado o processo democrata.

No Brasil, com a reabertura política, pós Ditadura Militar (1964-1985), a Constituição Federal de 1988 chegou para definir a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios (Art. 2006, Inciso VI). Alguns

anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, vem reforçar esse princípio:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Estes artigos da LDB, acima citados, segundo Cury, dispõem que:

A escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal. (Cury, 2005, p. 20-21)

Cury (2005.p.11) ainda destaca que “Logo, a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade.[...] A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam ‘cidadãos ativos’ participantes da sociedade como profissionais compromissados”.

O bom gestor deve manter a escola dentro das normas do sistema educacional, deve valorizar a qualidade do ensino, o projeto pedagógico, a supervisão e a orientação pedagógica e criar oportunidades de capacitação docente.

Essa pseudo-autonomia do diretor é também uma síntese da pseudo-autonomia da própria escola. E se lhe falta autonomia, a comunidade usuária, representada pelos trabalhadores, também fica privada de uma das instâncias por meio da qual poderia se apropriar do saber e da consciência crítica (Galina & Carballo, 2007, p. 06).

Faz-se necessário ter em mente que a escola democrática supõe a criação de mecanismos e instrumentos de participação de todos os entes envolvidos na escola. Paro (2005) trata da democratização da escola pública, abordando-a sob os aspectos da promoção da partilha do poder entre dirigentes, professores, pais e

funcionários e a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola, visando à realização das finalidades da escola. Sabe-se que colegiados, associações e agremiações, são espaços de participação e no processo histórico da educação consagram-se como grandes conquistas nas escolas. No entanto, devem-se oferecer condições concretas para essa participação ocorra de fato. É importante que a escola avalie suas práticas de forma que estas possam contribuir de maneira efetiva para aquilo que de fato importa para o aluno e para a sociedade, ou seja, sua aprendizagem.

Nesse processo, será de suma importância incentivar a criação de órgãos colegiados. Inicialmente deverá ser revisto o PPP da escola, pois este não prevê a criação de alguns desses órgãos. Conforme Galina e Carbello (*apud* Abranches 2003, p.14):

Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas.

Não se deve esquecer que é fundamental assegurar a participação efetiva da comunidade escolar nos projetos desenvolvidos na escola, bem como na construção de seu projeto político pedagógico, de forma que seja possível verificar os resultados e benefícios alcançados através do esforço coletivo.

Dentro do processo de democratização é importante destacar ainda três conceitos o de participação, o de envolvimento e o de autonomia, pois estes podem ter muitos significados, e podem ser exercidos de diferentes formas.

Entende-se por participação fazer saber, informar, comunicar, tomar parte em, partilhar associar-se pelo sentimento; autonomia é a faculdade de se governar por leis próprias, independência e envolvimento é compreender, abranger, comprometer-se, assumir responsabilidade. Nesse sentido se faz necessário não buscar só a participação, mas também o envolvimento de forma autônoma dos envolvidos no processo ensino aprendizagem para que ocorra a qualidade que tanto se busca na educação (LUFT, 2000).

Sendo assim, pensar em autonomia, envolvimento e participação é muito complexo, pois temos de considerar os diferentes agentes sociais e as interdependências que fazem parte da organização educacional nas diferentes esferas.

A realidade das escolas me remete a reflexões, tais como: será que temos um espaço realmente democrático dentro das escolas? O que causa o afastamento da família da escola? Comodismo ou falta de tempo? Desinteresse? Falta de conhecimento? Participação – Utopia ou realidade? Que práticas são necessárias para que ocorra a participação?

O inquietante é que, muitas vezes, como o gestor de escola pública pode criar condições para que ocorra a participação de toda a comunidade escolar nas decisões e escolhas para que, de fato, possa-se contemplar a todos com qualidade.

Na gestão financeira, destaca-se a importância das verbas públicas voltadas para a educação às quais, em sua maioria, e devido à conjuntura atual, não são suficientes para uma boa gestão escolar.

### **3.3. As Políticas Públicas e o Financiamento da Educação**

Segundo Machado e Farenzena (2014), o financiamento da educação atualmente tem assumido importante papel na organização da gestão escolar, e para nós gestores é de suma importância a concepção do funcionamento da sociologia nas políticas educacionais para melhor compreender a atual crise educacional, levando em conta os processos de globalização e a modernidade capitalista, bem como as políticas educacionais, que até a pouco tempo expressavam o que o Estado determinava.

Nesse sentido, Afonso (2001) destaca a importância fazer um retrospecto histórico que tem início com a modernidade capitalista impulsionada pelas esperanças de desenvolvimento social e econômico associadas à revolução industrial seguido pelo projeto político e cultural induzido pelas aspirações racionalistas do humanismo burguês das revoluções americana e francesa foi, em grande medida, construído e consolidado em torno do Estado-nação. É interessante destacar nesse processo o papel do Estado que se modificou lentamente firmando, assim, sua soberania quanto regulador do território e controlador social, contribuindo para a expansão e consolidação do sistema econômico capitalista. Neste contexto, o papel da escola pública surge como instrumento para a construção de uma

identidade nacional na medida em que assume lugar privilegiado de transmissão de um projeto social integrador e homogeneizador.

Machado e Farenzena (2014) afirmam que a organização do sistema educacional brasileiro segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), se caracteriza pela divisão de competências e responsabilidades entre a União, os estados e os municípios, o que se aplica também ao financiamento e à manutenção dos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação e do ensino. Nesse sentido, a distribuição dos recursos é feita por meio de coeficientes calculados por número de alunos e estes recursos financiam despesas de custeio, formação, obras e aquisição de equipamentos para educação básica. Valores estes, são repassados para contribuir com a autonomia financeira das escolas, a qual requer participação, planejamento coletivo e acompanhamento da aplicação dos recursos recebidos pela instituição.

Atualmente, estou presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), no município que resido e sei da importância deste quanto fiscalizador do investimento de verbas públicas, o qual foi criado segundo a Lei Federal Nº 11.494/07. A referida lei, em seu Art. 24, diz que deve-se acompanhar o controle social sobre a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo no âmbito de cada esfera: Municipal, Estadual ou Federal.

## **4. METODOLOGIA**

Partindo do pressuposto de que a gestão democrática é um trabalho associado de pessoas que analisam situações e decidem sobre o seu encaminhamento, agindo de forma conjunta, se fez uso da metodologia de pesquisa-ação no desenvolver do presente trabalho, que tem como objetivo detectar a importância do envolvimento da família na aprendizagem dos alunos da E.M.E.F. Progresso.

Richardson (s/d) afirma que a pesquisa-ação é recente e tal como o nome implica visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). Esta metodologia surge com a intenção de melhorar e envolver para produzir mudanças operacionais, justas e sustentáveis [...] um aspecto crucial da pesquisa-ação é a participação das pessoas que vivem na situação pesquisada ou que podem ser afetadas pelos resultados da ação.

### **4.1 Descrição Metodológica**

A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa-ação com contato direto, procurando criar condições e espaços como reuniões com leituras, debates, estudos e discussões sobre assuntos relevantes à vida escolar, onde os pais, professores, funcionários e alunos possam por sua vez, dar opiniões sobre a organização e o processo pedagógico entre outros assuntos que sejam válidos à vida escolar.

Inicialmente, foram realizadas as seguintes ações em conjunto na E.M.E.F. Progresso, em reunião de início de ano letivo foi aplicada uma pesquisa de opinião entre professores, funcionários e equipe do DMED, com o objetivo de envolver toda a equipe na construção das propostas previstas para 2015. Na oportunidade, foi mencionada a revisão do PPP para toda equipe, o que deverá ocorrer durante todo este ano letivo. Neste momento, fora comentado por alguns professores sobre os diferentes níveis de rendimento dos alunos em sala de aula e que provavelmente

esse fato decorra devido à falta de estímulo e interesse dos pais pelo desenvolvimento escolar de seus filhos.

Definido o problema, em um segundo momento, ocorreu a reunião de início de ano letivo com os pais, professores, funcionários e equipe do DMED e CPM. Nesta outra oportunidade, ocorreu um momento de esclarecimento aos pais da importância do envolvimento e participação dos mesmos na vida escolar dos seus filhos. Houve também uma prévia da apresentação do PPP que teve como aspectos positivos o interesse pelo assunto, a colaboração e o envolvimento dos pais e de toda a equipe que estava presente.

Foi encaminhado o agendamento das próximas reuniões de estudo, na tentativa de busca um maior envolvimento, principalmente do segmento dos pais. Também, na oportunidade, foi esclarecido e fundamentado sobre a implantação de órgãos colegiados e entidades de participação na escola. É importante ressaltar que foi exposto, através do DMED, que ocorrerá a busca e a viabilização legal e/ou normatização através do Conselho Municipal de Educação das ações previstas (mudanças no PPP da escola) e o agendamento para a explanação do trabalho para toda a comunidade escolar.

Conforme Richardson (s/d) definido o problema, o grupo discute o planejamento da ação, analisando diversas possibilidades de ações que contribuam para a solução do problema. Devemos lembrar que na pesquisa-ação, o papel fundamental do pesquisador ou da equipe de pesquisa é ajudar o grupo no processo de pensar, agir, refletir e avaliar.

Foram encontradas algumas dificuldades relacionadas ao curto espaço de tempo e ao desafiar o grupo para a inovação, portanto a pesquisa foi direcionada para os pais que integram a diretoria do CPM.

## **4.2. Instrumentos de Pesquisa**

Para proceder a recolha de dados foi utilizado um questionário, onde através deste se pretende saber o que pensam os pais integrantes do CPM da Escola

Municipal de Ensino Fundamental Progresso sobre os diversos aspectos que dificultam a participação e envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos. Após esse diagnóstico, pretende-se mobilizar a família, para que juntos à escola condicionem as relações para que ocorra a qualidade na educação. No questionário foram formulados os enunciados utilizando uma linguagem simples e clara que facilitasse a compreensão das questões formuladas.

O questionário é constituído por seis questões dissertativas, e divide-se em três partes:

- 1) Na primeira parte, apresenta-se a questão relativa ao entendimento da função da escola (questão 01);
- 2) Na segunda parte, formulam-se questões, para que os pais percebam a importância do envolvimento e da participação na vida escolar de seu(a) filho(a) (questões 02,03,04);
- 3) Na terceira e última parte as questões foram elaboradas com a intenção de reflexão, quanto à importância do envolvimento dos pais na tomada de decisões no ambiente escolar (questões 5 e 6).

## 5. ANÁLISE

Sabe-se que o PPP de uma escola deve acompanhar a evolução do processo educativo, dessa forma, é necessário realizar uma intervenção para reformulação do Projeto Político Pedagógico da E.M.E.F. Progresso, pois o documento existente não atende a realidade atual – está obsoleto. Tendo como base o PPP já existente, a reformulação deverá ocorrer através de encontros de estudos sob a coordenação do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED), juntamente com o Conselho Municipal de Educação (CNE), buscando a implantação de uma gestão escolar democrática no Sistema Municipal de Ensino de Quinze de Novembro.

Para superar os obstáculos presentes no cotidiano escolar deve haver uma postura da equipe gestora frente a uma ação democrática engajada em meio às mudanças da atualidade. Definido o problema, foram analisadas as diversas possibilidades de ações que possam contribuir para a solução do mesmo. Dessa forma, procurou-se criar as condições e os espaços com leituras, debates, estudos e discussões sobre assuntos relevantes a vida escolar, onde os pais, professores, funcionários puderam por sua vez, em dois encontros iniciais, que ocorreram em reunião com professores no início do ano letivo e após em reunião de CPM, para dar opiniões sobre a organização e o processo pedagógico, entre outros assuntos válidos à vida escolar.

Em nossa escola, o processo de inserção da comunidade escolar está ocorrendo, mas de forma lenta, pois ainda estamos buscando nos adequar com o apoio oferecido pelo Departamento Municipal de Educação e Desporto, que proporciona orientações e faz acompanhamento efetivo nas escolas municipais.

As dificuldades encontradas para desenvolver o trabalho de pesquisa estão relacionadas ao curto espaço de tempo e o desafio de mobilização das pessoas inseridas no processo para a inovação, porque mudanças geram conflitos, demanda de atividade extra e sensibilização de todos os segmentos envolvidos.

Na tentativa de procurar o envolvimento e a participação, e de construir um diagnóstico, foi aplicado um questionário com os pais que compõem à Diretoria do CPM da E.M.E.F Progresso. Na ocasião, foram entregues dez questionários e apenas seis retornaram respondido. O referido instrumento aplicado foi composto por seis questões descritivas as quais podem ser divididas da seguinte forma:

Na questão 1 – perguntou-se: Para você, qual é a função da escola? Os pais apresentaram respostas diversificadas, tais como:

“A função da escola é ensinar e educar os alunos, juntamente com a participação dos pais”;

“Formar cidadãos através da educação”;

“Garantir a aprendizagem e valores sociais, mostrar aos alunos o caminho da reflexão e crítica”;

“Ajudar para um futuro melhor sempre com ajuda dos pais”;

“Prepara-los para o mundo, ensinar a ler e escrever”;

“Disciplinar, procurando sempre motivar os alunos para que não percam o foco nos estudos”.

Nesta primeira questão foi pretendido, inicialmente, saber o que pensam os pais sobre aspectos relacionados com a função da Escola. Notou-se que expressam que a escola é o lugar de construção efetiva de conhecimento e valores, onde ocorre um trabalho centrado no desenvolvimento humano, que vise à integração do aluno e sua ação, pois a ação é um auxiliar indispensável na tentativa de atingir os ideais de paz, cidadania, respeito mútuo e convívio social, o que de certa forma é fundamental para que ocorra a qualidade na educação.

Ao analisar Abranches (2003), é notório perceber a importância da escola como um lugar onde cada indivíduo pode ser reconhecido e que através do diálogo seja possível construir influências mútuas por meio de ações voltadas não para o eu, mais sim para o mundo.

O mais importante, em qualquer espaço de convívio social, é cultivar um ambiente de cooperação por parte de todos os envolvidos, para que dessa forma os objetivos sejam alcançados.

Nos questionamentos subsequentes, procurou-se fazer com que os pais refletissem e percebessem a importância de seu envolvimento na educação de seu filho:

Na questão 2 – perguntou-se: *Você acompanha as tarefas escolares de seu filho (a) diariamente? Ele (a) tem horário e local adequados para realizar a tarefa de casa? A maioria dos pais responderam que sim acompanham seus filhos nas tarefas escolares em lugares adequados com luz apropriada, e a maioria mencionou que realizam as tarefas geralmente à noite;*

Na questão 3 – perguntou-se: *Seu filho (a) comenta sobre as atividades realizadas na escola?” Em sua maioria, responderam que sim, já que costumam perguntar aos filhos como foram na escola;*

Na questão 4 – perguntou-se: *Você Comparece à escola sempre que solicitado (a)? Justifique. Todos responderam que sim, que sempre comparecem quando solicitado, inclusive um destacou a importância do diálogo entre escola e pais.*

Percebeu-se que sobre a construção das relações família-escola é preciso que o educando seja considerado como um ser inacabado, aberto ao desenvolvimento e à construção de sua própria formação individual. Neste contexto, nota-se a importância da confiabilidade que os pais têm para com a escola, que é fundamental para a convivência respeitosa e a construção de um ambiente escolar pacífico e capaz de solucionar as possíveis situações de conflitos através de um bom diálogo.

Ademais, nota-se a importância do acompanhamento dos pais nas tarefas de casa, onde todos estejam envolvidos, dividindo as responsabilidades e colaborando para desenvolver atividades que contribuam para a formação de um ser humano capaz de lidar com o meio onde interagem, de forma justa, fraterna e igualitária. Por essa razão, a escola e a família possuem funções que se assemelham e se aproximam tais como, proteger e educar e dar autonomia à criança, para que ela se sinta acolhida, amada e respeitada.

É de suma importância destacar que este trabalho de pesquisa tem a intenção de mostrar, em sua essência, que a participação da família no cotidiano

escolar colabora para que o estudante tenha um desempenho superior em relação aqueles em que os pais estão ausentes do seu processo educacional. Portanto, ao analisar as questões 2, 3 e 4 percebe-se que os pais que conversam com o filho sobre o que acontece na escola, cobram e ajudam a fazer o dever de casa, falam para não faltar, para tirar boas notas e ter hábitos de leitura, estão contribuindo para que ocorra a redução da evasão escolar.

Nos últimos questionamentos, procurou-se fazer com que percebessem a importância do envolvimento na tomada de decisões, para que ocorra uma educação de qualidade:

Na questão 5 – Você participa das reuniões escolares e consegue sanar as dúvidas com os professores e demais funcionários? Justifique. Os pais apresentaram respostas diversificadas:

“Sim, sempre converso com os professores”;

“Procuro sempre não faltar porque para a criança é importante saber que estou interessado”;

“Trabalho no ambiente escolar e tento estar sempre por dentro de tudo”;

“Participo e se tiver alguma dúvida pergunto”;

“Sempre participo e converso com a professora”;

“Sim, sempre bem esclarecido”;

“Participo sim, minhas dúvidas são sanadas com uma boa conversa”;

Na questão 6 – O que juntos podemos realizar em ações para qualificar nossa escola:

a- Quanto à organização (recados, entrada e saída dos alunos, eventos e promoções realizadas pela escola):

“A organização da nossa escola é boa, mas com conversa sempre temos novas sugestões”,

“Relatar na agenda, assinatura dos pais nas provas e trabalhos, também é bom. Envolvimento de toda a comunidade escolar”,

“Muito bom sem reclamações”,

“Pela minha opinião está tudo bem, do jeito que estão fazendo está bom”,

“Está bom, pois a comunicação é importante”,

“Estou satisfeita com a agenda escolar”,

b- Quanto às atividades contraturno:

“Sempre podemos acrescentar algo”,

“São sempre muito boas, pois deixam os filhos ocupados e com isso crescendo intelectualmente”,

“Acho muito legal a atividade de sexta-feira, tomara que continue”,

“Nenhuma ideia”,

“Gosto que participem, mas dependemos de transporte e isso nem sempre é fácil de conseguir”,

“Devia ter mais opção de trabalhos”,

c- Quanto à merenda da escola

“A merenda está dentro dos padrões”,

“Está muito boa”,

“Minha filha não é muito de comer a merenda, o que acho uma pena”,

“Está boa, pois o meu filho adora a merenda escolar”,

“A escola deveria ter técnicas agrícolas para que a merenda fosse o mais saudável possível”,

“Ótima, variedades diversificadas”,

Ao analisar as questões 5 e 6, percebe-se que os pais em sua totalidade afirmam que a escola está bem organizada, surge aí destaque para o uso da agenda escolar, que serve como elo de ligação entre família e em nossa escola já ocorre desde 2010. Quanto às atividades realizadas no contraturno concordam que são essenciais para o desenvolvimento da criança, mas que poderia haver mais opção de trabalhos e que em algumas vezes a falta de transporte se torna um empecilho. Ao analisar a merenda escolar todos afirmam que é saudável e de boa qualidade, há sugestão de implementar aulas de técnicas agrícolas, o que já está sendo providenciado pois estamos organizando uma horta escolar sustentável, com o apoio da Administração Municipal e EMATER.

Este foi o momento da pesquisa ação onde ocorreu o processo de sensibilização e envolvimento de parte da comunidade escolar, procurando criar a responsabilidade compartilhada entre todos, com o intuito de elaborar táticas para que ocorra a mobilização dos professores, funcionários, pais e alunos, com a finalidade de juntos traçarmos propostas e estratégias para que haja uma educação

de qualidade, na qual todos tenham plena consciência dos seus direitos e deveres se tornando assim, cidadãos responsáveis pelos seus atos nas tomadas de decisões.

Conforme o Art.18 do Estatuto da Criança e do Adolescente que menciona: é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (Brasil, 1992).

A educação é um processo coletivo que se dá em determinado espaço, que perpassa tanto o ambiente escolar quanto familiar. Segundo Paro (2001, p. 107):

[...] a escola que toma como objetivo de preocupação levar o aluno a querer aprender precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de desenvolver no educando atitudes positivas, educadoras com relação ao aprender e ao estudar [...].

Nesse sentido a escola e a família têm passado por profundas transformações ao longo da história, onde a primeira passou a exercer sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre assuntos de interesse da coletividade, para que ambas possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionário propôs um momento de reflexão por parte dos pais, indagou – lhes sobre questões que deveriam ser preocupação dos mesmos, como manter um ambiente adequado para estudos, serem ativos nas decisões da escola, e acompanharem o seu desempenho. Assim, fez pensar que o valor e a atenção que dão aos estudos refletem nos filhos.

Até há bem pouco tempo, pensar em escola era, basicamente, pensar em alunos e professores, mas no contexto atual os pais não podem ser postos à margem da educação dos filhos e a sua participação é algo que deve ser levado em conta quando falamos em educação. Conforme Paro (2001):

Mas a qualidade do ensino escolar não se pode dar alienada da família, em especial dos pais e mães dos educandos. É aí que entra a necessidade de se providenciarem tempos e espaços constantes e organizados de contato direto dos pais com a escola. (Paro, 2001, p.88).

O mais importante em qualquer espaço de convívio social, é cultivar um ambiente de cooperação por parte de todas as partes envolvidas, para que dessa forma os objetivos sejam alcançados.

Pois como diz Paro:

É aqui que entra a questão da participação da população na escola, pois dificilmente será conseguida alguma mudança senão a partir de uma postura positiva da instituição com relação aos usuários, em especial pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, numa palavra, de participação na vida da escola (Paro, 2007, p 16).

Sabe-se que, atualmente, a interação entre a escola e toda a comunidade na qual está inserida, traz diversos benefícios para o âmbito da aprendizagem. A tarefa de ensinar está se tornando cada vez mais difícil para os professores, onde os mesmos enfrentam vários problemas devido à falta de estrutura e pelo desinteresse dos estudantes.

Os educadores tem que possuem a clareza de que os problemas cotidianos não podem ficar isolados dentro da escola, devendo ser levados para que a comunidade escolar tome conhecimento e juntos: família/escola encontrem alternativas para possíveis soluções, dividindo as responsabilidades. Dessa forma a profissão de educador passa a ser mais reconhecida e através disso a sociedade toma conhecimento da árdua tarefa que é o processo de ensino-aprendizagem.

Pode-se acreditar que o trabalho a desenvolver com os pais é algo contínuo e que necessita ser constantemente fortalecido. É importante que a família e a escola se entendam e encontrem um caminho no qual os alunos sejam o ponto comum, de partida e de chegada, para que a qualidade tão almejada na educação esteja priorizada. Nesse processo, pode-se dizer que a escola precisa tomar iniciativas que atraiam os pais para dentro da escola – para a participação.

Nesse sentido, o diretor tem que ter consciência que sua gestão não pode ser autoritária, mas sim levar em conta o que a comunidade escolar quer. Quanto a este aspecto, Paro (2003) afirma que “o diretor não estará perdendo o poder, mas dividindo suas responsabilidades, o que acabará fortalecendo o poder da escola”. À medida que ocorre a participação é possível perceber seu trabalho valorizado: com pais, professores, funcionários e alunos entusiasmados a colaborar com a escola.

A escola necessita programar atividades e ambientes que aproximem cada vez mais os pais e que venham a reforçar o trabalho dos Círculos de Pais e Mestres. Que estes sejam espaços, onde opinar, refletir e planejar em conjunto sobre a educação que se quer, de forma colegiada, para que os mesmos não se restrinjam apenas à organização/participação em festas para arrecadar dinheiro.

É importante não desanimar com os obstáculos que por ventura surgirem, pensando sempre que é apenas o começo de algo que deverá ser continuamente exercitado. Nesse sentido, sugere-se, inicialmente, conquistar a confiança dos pais que compõem a diretoria do CPM, para que, mais tarde, esses possam disseminar a boa ideia e que assim possam atrair maior participação dos segmentos em prol de uma educação de todos e para todos.

Espera-se que este trabalho possa ter continuidade, pois esse tema gera muitas discussões e é inesgotável, a família e a escola necessitam uma da outra. A participação sempre vai existir, mas o que se percebe atualmente é a falta de tempo que surge como empecilho para que ocorra o envolvimento dos mesmos nos

assuntos relevantes à educação de seus filhos. Neste sentido, serão propostas outras ações que devido ao tempo limitado não foram possíveis realizar, tais como: Estando já inseridos nas prestações de contas escolares, os pais irão receber o convite para participar da reformulação do PPP da E.M.E.F Progresso, tendo a oportunidade de expor novas atitudes para serem desenvolvidas dentro do ambiente escolar. Também, a longo prazo, deseja-se introduzir os pais no plantio e acompanhamento da horta sustentável da escola, assim como propor encontros de trocas de experiências, em que o contato entre ambos fortaleça o grupo, crie nos alunos a responsabilidade pelo sucesso da horta, o sentimento de estar colaborando em algo tão importante para a escola e o convívio e reconhecimento dos pais.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar**: Espaço de participação da Comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

ABU-DUHO, I. **Uma gestão mais autônoma das escolas**. Brasília: UNESCO, IIEP, 2002.

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional**. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 75, p. 15-32, 2001

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Sociologia Ensino Médio. São Paulo, Scipione, 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2002. 233 p. 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394** de 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei nº 8.844, de 13 de maio de 1992.

CANDAU, Vera M. F. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos**. Educ. Soc., v. 33, n 120, jul-set/2012, p. 715-726

CURY, Carlos Roberto Jamil, **O Princípio da Gestão Democrática na Educação**. Gestão Democrática da Educação, boletim 19, outubro 2005. Ministério da Educação.

DALLARI, Dalmo de Abreu, **Gestão Democrática**. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Gestão\\_democrática](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gestão_democrática)>. Acessado em: 21/02/ 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 14ª e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16ª e. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. São Paulo, 1994.

GALINA, Irene de Fátima. Gestão democrática e Instâncias colegiadas. In: CARVALHO, Elma Júlia (Org). **Caderno Temático - Gestão Escolar**. Material pedagógico produzido no PDE. Maringá, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática. Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição, 2004.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo. Ática, 2000.

MACHADO, M.G.; FARENZENA, N. **Financiamento da educação básica: apontamentos sobre fontes, usos e recursos financeiros para as escolas**. Porto Alegre, UFRGS, 2014.

MONLEVADE, João. **O Conselho de Educação e o Plano Municipal de Educação, Gestão Democrática da Educação**, boletim 19, outubro 2005. Ministério da Educação.

NOÉ, Alberto **A Relação Educação e Sociedade. Os fatores Sociais que Intervêm no Processo Educativo**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/course/view.php?id=56>. Acessado em 07/05/2015.

PARO, Vítor Henrique. **Escritos sobre Educação**. 1ª ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Democrática da escola Pública**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Estrutura da escola e prática educacional democrática** In: 30ª Reunião Anual da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambú, 2007;

Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro/RS. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, Departamento Municipal de Educação de Desporto (DMED), EMEF Progresso. 2010.

RICHARDSON. **Como fazer a Pesquisa Ação**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/course/view.php?id=56>. Acessado em 05/05/2015.

SOUZA, Herbert. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão: extraíndo significados da base legal** In. CEARÁ. SEDUC. **Novos Paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.